

DO MAPA À MOBILIZAÇÃO: IMPACTOS DA CARTOGRAFIA PARA A REINVINDICAÇÃO DE DIREITOS NA PERIFERIA DE FORTALEZA (ST10)

Mariana Quezado Costa Lima

Universidade Federal do Ceará / Centro Universitário Christus | mariana.quezado@arquitetura.ufc.br

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Universidade Federal do Ceará | clarissa@arquitetura.ufc.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O artigo examina como a apropriação da cartografia por grupos subalternizados tem impactado seus processos de luta em uma área periférica de Fortaleza marcada por graves vulnerabilidades socioeconômicas e pelo estigma da violência. No Grande Bom Jardim, um território emblemático dessa realidade, destaca-se a Rede DLIS, um coletivo de entidades que, por meio de uma atuação em rede, tem se dedicado à organização social e à incidência popular em políticas públicas. Em parceria com assessorias técnicas populares, a Rede DLIS utiliza a cartografia como uma ferramenta de resistência e visibilidade, articulando a produção de dados espaciais ausentes nas fontes oficiais para fortalecer reivindicações e mobilizar a comunidade. O artigo analisa as iniciativas da Rede desde 2017, com o Plano Popular da ZEIS Bom Jardim como marco, explorando os desafios e as possibilidades das técnicas cartográficas empregadas. A pesquisa, fundamentada em observação participante e análise bibliográfica, contribui para o debate sobre práticas insurgentes de planejamento urbano e os potenciais do ativismo cartográfico como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Cartografia crítica; Planejamento insurgente; Núcleos informais periféricos; Assessoria Técnica.

FROM MAP TO MOBILIZATION: THE IMPACTS OF CARTOGRAPHY ON RIGHTS CLAIMS IN THE PERIPHERY OF FORTALEZA

Abstract: *The paper examines how the appropriation of cartography by marginalized groups has transformed their struggles in a peripheral area of Fortaleza, characterized by severe socioeconomic vulnerabilities and the stigma of violence. In the Grande Bom Jardim, a territory emblematic of this reality, the DLIS Network stands out as a collective of organizations dedicated to social organization and popular advocacy in public policies through a networked approach. In partnership with grassroots technical advisors, the DLIS Network employs cartography as a tool for resistance and visibility, producing spatial data absent from official sources to strengthen claims and mobilize the community. The article analyzes the Network's initiatives since 2017, with the Popular Plan for the ZEIS Bom Jardim as a landmark, exploring the challenges and possibilities of the cartographic techniques employed. Grounded in participant observation and bibliographic analysis, the research contributes to the debate on insurgent planning practices and the potential of cartographic activism as a tool for social transformation.*

Keywords: *Critical Cartography; Insurgent Planning; Peripheral Informal Settlements; Technical Advisory.*

MAPA A LA MOVILIZACIÓN: IMPACTOS DE LA CARTOGRAFÍA EN LA REIVINDICACIÓN DE DERECHOS EN LA PERIFERIA DE FORTALEZA

Resumen: *El artículo examina cómo la apropiación de la cartografía por parte de grupos subalternizados ha impactado sus procesos de lucha en una zona periférica de Fortaleza, caracterizada por graves vulnerabilidades socioeconómicas y el estigma de la violencia. En el Grande Bom Jardim, un territorio emblemático de esta realidad, destaca la Red DLIS, un colectivo de entidades que, mediante una actuación en red, se dedica a la organización social y a la incidencia popular en políticas públicas. En colaboración con asesorías técnicas populares, la Red DLIS utiliza la cartografía como herramienta de resistencia y visibilidad, articulando la producción de datos espaciales ausentes en las fuentes oficiales para fortalecer reivindicaciones y movilizar a la comunidad. El artículo analiza las iniciativas de la Red desde 2017, con el Plan Popular de la ZEIS Bom Jardim como hito, explorando los desafíos y las posibilidades de las técnicas cartográficas empleadas. Basada en la observación participante y el análisis bibliográfico, la investigación contribuye al debate sobre prácticas insurgentes de planificación urbana y el potencial del activismo cartográfico como herramienta de transformación social.*

Palabras clave: *Cartografía Crítica; Planificación Insurgente; Asentamientos Informales Periféricos; Asesoría Técnica.*

INTRODUÇÃO

O Grande Bom Jardim (GBJ) é formado por 5 bairros na periferia sudoeste de Fortaleza (Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa), somando cerca de 215 mil habitantes (IBGE, 2022). A nomenclatura “Grande Bom Jardim” vem de um projeto de fortalecimento territorial da área, visando “conferir peso político regionalizado às organizações sociais e aos seus pleitos e reivindicações” (Almeida, 2014, p. 142). Esses cinco bairros, com mais de 70% da população autodeclarada negra ou indígena (IBGE, 2010), possuem indicadores socioeconômicos, como renda e alfabetização, abaixo da média da cidade, apresentando relevantes vulnerabilidades socioespaciais e um forte estigma relacionado à violência (Paiva, 2007). Ademais, mesmo em uma região periférica, verifica-se uma pressão por moradia e um avanço importante e gradual de ocupações em áreas ambientalmente frágeis, sobrepondo precariedades e inseguranças (Costa Lima, 2017).

A noção da invisibilidade histórica de núcleos urbanos informais para o planejamento urbano brasileiro já é bem estabelecida na literatura (Maricato, 2013; Rolnik, 2015). A ausência seletiva e simbólica de informações sobre assentamentos informais não se limita apenas ao Brasil e é descrita por Ananya Roy (2009) como “*unmapping*”. Por meio desse conceito, Roy (2009) argumenta que a falta de conhecimento, produzida e reproduzida de forma intencional, é um instrumento poderoso do poder estatal, abrindo espaço para representações ideológicas carregadas de simbologia (Maricato, 2013). Mesmo quando passa a haver um reconhecimento da existência de favelas, os moradores são estigmatizados e privados do contrato social, como se por eles supostamente não cumprirem seus deveres sociais, não são dignos de direitos (Rolnik, 2015).

Para combater o estigma da violência e lutar por seus direitos, no Grande Bom Jardim, um conjunto de entidades organizadas em rede destaca-se por sua organização social e incidência popular por políticas públicas: a Rede DLIS. Conforme Freitas (2019), as iniciativas da Rede podem ser consideradas práticas insurgentes de planejamento (Sandercock, 1998; Miraftab, 2009). Voltadas para a transformação social, reagem às estratégias neoliberais de dominação pela inclusão, inventando novos espaços (Miraftab, 2009).

Um campo de discussões que tem ganhado destaque em meio às práticas insurgentes é o que Renato Emerson dos Santos (2011) denomina de “Ativismos cartográficos”. Apesar das contradições históricas e contemporâneas inerentes à prática da cartografia, grupos subalternizados têm disputado a visibilização de suas existências por meio de formas de apropriação do processo e do produto cartográfico, adotando mapas como instrumentos de luta na interface com o Estado. A produção e disseminação de dados espaciais ausentes das agências oficiais de informação parecem ser parte fundamental da estratégia da Rede DLIS para mobilizar os residentes e se contrapor à narrativa dominante (Freitas, 2019). O Plano Popular da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, a qual atravessa dois bairros do GBJ, consiste em um importante marco temporal nesse sentido.

Diante desse contexto, este artigo busca responder: Como a apropriação da cartografia têm impactado os processos de luta da Rede DLIS? Quais possibilidades e desafios emergem das técnicas e recursos adotados nesses processos? Para tanto, serão analisadas iniciativas da Rede nos últimos anos, em especial a partir de 2017, quando foi iniciado o processo do Plano Popular. O estudo de caso se dá a partir da observação participante das autoras, como ativistas acadêmicas e assessoras técnicas, em reuniões comunitárias, encontros de planejamento, bem como em redes sociais. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica no campo teórico dos estudos urbanos críticos, em especial da cartografia crítica, bem como em teses, dissertações e artigos que abordaram as iniciativas da Rede DLIS ao longo dos anos.

UMA CARTOGRAFIA INSURGENTE É POSSÍVEL?

O planejamento urbano, segundo John Friedmann (1987), tem como objetivo transformar o conhecimento em ação. Diante dessa definição, podemos compreender que práticas fora da institucionalidade também poderiam ser entendidas enquanto práticas de planejamento. Vasudevan e Novoa (2021) falam na ideia de um planejamento "pluriversal", o qual baseia-se no "conhecimento situado", reconhecendo diversos locais e formas de conhecimento, existência e ação que existem fora do sistema moderno/colonial dominante. São várias as terminologias utilizadas para abordar esse planejamento fora da institucionalidade, dentre as quais destacaremos aqui o Planejamento Insurgente. Leonie Sandercock (1998) e Faranak Miraftab (2009) conceituam a ideia de um planejamento insurgente, a qual é fortemente baseada na noção de cidadania insurgente de James Holston (2008).

Segundo Miraftab (2009, p. 31), a qual aplica o conceito ao Sul Global, planejamento insurgente refere-se àquelas "práticas radicais de planejamento que respondem às especificidades neoliberais de dominação pela inclusão". Segundo a autora, essas práticas são caracterizadas pela fluidez e entrelaçamento entre inclusão e resistência, ao transitar entre o que ela chama de espaços "convidados" (do inglês, *invited*) e "inventados" (do inglês, *invented*). Conforme Freitas (2019, p. 289), "atividades conduzidas por cidadãos marginalizados determinados a transformar políticas urbanas para alcançar suas necessidades - que podem ou não serem apoiadas por planejadores profissionais - têm sido entendidas como práticas de planejamento insurgente". A autora entende a insurgência para além de um desafio à ordem formal/dominante, mas principalmente como "a habilidade de expandir direitos dos cidadãos para grupos vulneráveis" (Freitas, 2019, p. 289). Dentre essas práticas, têm se destacado formas de apropriação da cartografia por grupos subalternizados, que passam a disputar a visibilização das suas existências.

A cartografia, enquanto disciplina acadêmica e científica, tem sua origem no eurocentrismo da Modernidade, na colonização e na guerra, tanto para fins de expansão territorial quanto para a administração desses territórios. Desde a formação dos Estados nacionais até a demarcação de propriedades dentro de um território e a criação de estruturas administrativas nas cidades, os mapas têm sido criados e desenvolvidos com o intuito de facilitar e legitimar

a conquista de terras (Lacoste, 1988; Harley, 1995; Lynch, 1996). Além de instrumentos de tecnologia militar, os mapas eram “um meio de se apropriar das terras às custas daqueles que não estavam familiarizados com os métodos de levantamentos geométricos e que não podiam contestá-los” (Harley, 1995, p. 24). Embora todos os povos tenham produzido formas de leitura e representação do espaço, a cartografia moderna, como é de praxe na lógica da colonialidade do saber, desqualifica outras formas de representar o mundo em privilégio da forma eurocêntrica.

Por muito tempo, entretanto, a ideia da cartografia como ciência objetiva e neutra foi aceita, já que o mapa era tido como ferramenta por excelência de representação do território. Esse discurso ignorava que os mapas, enquanto abstração e representação do mundo, carregam consigo a linguagem e a representação do poder, revelando e ocultando aspectos da realidade de acordo com interesses e poderes envolvidos (Acselhad; Coli, 2008). Ao longo do tempo, porém, o discurso da neutralidade da cartografia passou a ser questionado, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista político. Mark Monmonier (2018), em seu clássico “Como mentir com mapas”, publicado originalmente em 1991, afirma que ao simplificar um mundo complexo e tridimensional em uma superfície plana (como o papel ou a tela), o mapa oferece (e precisa oferecer) uma visão seletiva (e incompleta) da realidade. John Harley (1995), por sua vez, sustenta que os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, por si só, não podem ser considerados nem verdadeiros nem falsos, contendo lacunas, intenções, valores, equívocos e ideologias. Segundo o autor, os mapas podem possuir desde distorções inconscientes, como quem ocupa o centro dos mapas, as hierarquizações na representação, e o que não aparece por conta da escala, até distorções intencionais, como mapas de propaganda e censuras cartográficas.

Em contraposição, a década de 1990 aparece como um marco, a partir do qual multiplicam-se e difundem-se globalmente diversas iniciativas de mapeamento, com a proposta de envolver as populações locais nos processos de criação de mapas, tendo muitas vezes como suporte as geotecnologias (Taylor, 1994; Acselhad e Coli, 2008). Nesse contexto, o monopólio de produção de conhecimento cartográfico vem sendo disputado, no que alguns autores têm chamado de “virada cartográfica” (Lévy, 2008) ou de “alargamento do campo cartográfico” (Marino, 2021, p. 8), marcado por dois importantes acontecimentos: primeiramente pelas cartografias sociais e, em seguida, com a entrada das tecnologias digitais de mapeamento (Crampton; Krygier, 2008).

Apesar desse cenário aparentemente favorável, as tecnologias digitais de mapeamento ainda estão em disputa, não mais relacionadas apenas aos cidadãos produzirem seus próprios mapas, mas sim fazê-lo com autonomia tecnológica (Marino, 2021). As contra-cartografias que fazem uso de ferramentas digitais, sobretudo proprietárias, nascem com a marca da ambiguidade: “construída[s] para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos [...], sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura” (Acselhad; Coli, 2008, p. 40). Assim como a cartografia não é neutra, essas

tecnologias também por óbvio não o são. Enquanto mapeamos, estamos sendo mapeados (Costa Lima; Freitas; Farias, 2021; Marino, 2021).

Não obstante, muitos ativistas e acadêmicos em todo o mundo têm apontado para as potencialidades da contra-cartografia para grupos desfavorecidos em situação de conflito. Esse conflito pode ter uma dimensão de urgência, em geral, em situações de ameaça de remoção, e/ou configurar-se enquanto conflito pelas permanentes violações de direitos. A escolha das ferramentas e dos métodos e, conseqüentemente, os mapas produzidos possuem influência direta do ritmo do conflito, o qual “[...] intervém nas formas como o processo de planejamento se desenvolve e como agentes em questão se relacionam para realizá-lo” (Tanaka; Oliveira; Coli, 2022, p. 104). Alguns autores brasileiros têm relatado experiências recentes de contra-cartografias, como por exemplo, Marino et al. (2018), apresentam a sua experiência na “Cracolândia”, em São Paulo, Fantin et al. (2019) relatam o processo do Plano Popular de Banhado, em São José dos Campos, Cardoso et al. (2022) analisam contra-cartografias de povos tradicionais em Belém e Santarém. Essas experiências utilizaram diferentes ferramentas no fazer cartográfico, como mapa de satélite impresso, maquete 3D, cartografia de esboço, entre outras.

No tópico a seguir, serão relatadas algumas experiências de luta da Rede DLIS, no Grande Bom Jardim, em Fortaleza, e como a cartografia se inseriu nesse processo nos últimos anos.

A CARTOGRAFIA NAS LUTAS DA REDE DLIS AO LONGO DOS ANOS

A forte organização comunitária do GBJ é resultado da integração e da articulação de forças mais de 30 organizações, dentre associações de moradores, equipamentos sociais, ONGs, organizações religiosas, em torno da chamada Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), constituída em 2003. Credita-se sua concepção e sustentação institucional à ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), que recebe apoio da ONG alemã Misereor (GPDU, 2004).

Para Almeida (2014, p. 24), a estratégia da Rede tem sido “ter acesso às informações técnicas e ocupar espaços com poderes de decisão [...] das políticas públicas. Freitas (2019, p. 300) destaca que a rede define “estratégias de ação para assegurar-se da responsabilidade do Estado perante o cidadão, morador daquela região periférica”. Segundo a autora, os membros da rede têm tentado reiteradamente construir o entendimento de que as melhorias urbanísticas e sociais implantadas pelo Estado são um direito e não um favor.

“Um aspecto que diferencia este grupo de outras organizações de direitos urbanos é a sua percepção da relação entre direitos e deveres, ou seja, o significado de cidadania. Sua demanda por direitos advém da compreensão de que suas obrigações/ deveres perante a coletividade são continuamente realizadas. Assim, para eles o Estado, representante formal do interesse coletivo, falha ao não efetivar direitos desse grupo.” (Freitas, 2019, p. 300).

Uma das instâncias internas da Rede DLIS, criada em 2010, é o Ponto de Memória (ou Museu Comunitário da Identidade Territorial) do Grande Bom Jardim, uma iniciativa de memória social e arquivamento comunitário, a qual coleta relatos orais da história da comunidade, mas também utiliza mapas para contar, por exemplo, a história das ocupações informais na área. O Ponto de Memória realizou três projetos expográficos: Jardim das Memórias (2012); Terra de Todos os Credos: Grande Bom Jardim – De Onde Viemos? (2015); e Rede DLIS: Lutas e Resistências (2018). As histórias refletem o grande desejo dos moradores do Grande Bom Jardim de combater o estigma de que seus bairros são violentos, substituindo-os por relatos de sua história e seu potencial (Costa Lima; Freitas; Farias, 2021).

A Rede DLIS se estrutura em comissões temáticas com encontros periódicos para exercer o controle social da ação do Estado nesse território, avaliando as políticas públicas setoriais – que vão desde a política de saúde, segurança e educação, à moradia, saneamento e proteção ambiental (Almeida, 2014; Freitas, 2019). Além de um encontro imersivo anual, a Rede se encontra mensalmente, fora as reuniões de cada comissão. O objetivo dos encontros anuais é avaliar os resultados do ano anterior, identificando pontos bem-sucedidos e de melhoria, planejar as ações a serem realizadas ao longo do ano e acompanhar a execução dessas ações. Nesse encontro, as entidades que fazem parte da Rede, além de assessorias técnicas e outros parceiros são convidados a participar. No encontro anual de planejamento de 2024, foram mantidas as comissões temáticas do ano anterior: Direito à Cidade; Juventude e Cultura; Saúde e Combate à fome; e Proteção Infância-Juvenil; além da Comissão de Articulação (Figura 1). Foram consideradas pautas prioritárias para a Rede em 2024: Revisão do Plano Diretor; Segurança Alimentar; Programa Estadual de Prevenção à Violência (PREVIO); Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; Incidência coletiva no processo eleitoral.

Figura 1: Diagrama da organização interna da Rede DLIS



Fonte: Instagram da Rede DLIS (17/05/2024).

Destacaremos aqui, mais especificamente, a Comissão de Direito à Cidade (antes denominada Comissão de Moradia Digna, ZEIS e Meio Ambiente), cujas pautas envolvem a luta pelo direito à moradia digna, pelo saneamento, pela regularização fundiária, bem como pelo direito a um meio ambiente equilibrado. Como o nome anterior da comissão indicava, também tem um foco importante nas temáticas relativas à Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, demarcada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR) em 2009, a qual atravessa os bairros Bom Jardim e Siqueira, englobando 15 assentamentos informais precários, conforme o PLHISFOR (Fortaleza, 2013).

Além de atuar no GBJ, a Rede DLIS participa de articulações que reúnem organizações atuantes em outros territórios informais periféricos de Fortaleza, sobretudo por meio da Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD), como por exemplo a luta pela regulamentação das ZEIS e o campo popular do Plano Diretor. Nesses espaços, a partir do entendimento das semelhanças das lutas, são desenvolvidas estratégias coletivas com fortalecimento mútuo das iniciativas.

De acordo com a publicação intitulada "Rede DLIS: Lutas e conquistas populares" (Freitas; Almeida, 2021), diversas atividades da Rede alcançaram suas metas nos últimos anos. Algumas dessas conquistas serão resumidas a seguir, enquanto antecedentes que culminaram na elaboração do Plano Popular da ZEIS Bom Jardim, que é um marco na utilização de cartografias nas lutas da Rede.

LUTAS E CONQUISTAS POPULARES: 2012-2018.

Na pauta ambiental, uma conquista se sobressai: a inclusão da Lagoa da Viúva como um dos parques municipais de Fortaleza em 9 de novembro de 2015, pelo Decreto n. 13.867. Há mais de 20 anos, a pauta ambiental é discutida no Grande Bom Jardim, como já apontava o diagnóstico socio-participativo realizado em 2003 em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (Uece). Desde 2012, o CDVHS, junto à Rede DLIS, atua em defesa da preservação da Lagoa da Viúva, importante remanescente verde na região. Além das iniciativas voltadas para o diálogo com o poder público, também foram promovidas atividades de engajamento dos moradores, como caravanas, plantio de mudas, oficinas educativas, entre outras, com destaque para a atuação do coletivo local Bons Jardins Urbanos. Em janeiro de 2014, a Prefeitura de Fortaleza decretou a criação de 11 parques ao redor de lagoas da cidade, mas a Lagoa da Viúva foi incluída apenas quase dois anos depois, após uma intensa mobilização dos moradores (Frota, 2018).

As Caravanas, tecnologia social implementada pela Rede DLIS, as quais consistem em uma série de visitas realizadas pelo território, muitas vezes apoiadas por grupos técnicos vinculados à extensão universitária e à assessoria técnica, não se restringiram à luta pela demarcação do Parque Lagoa da Viúva. Diante de diversas precariedades, as Caravanas têm como objetivo observar, documentar e monitorar as mudanças locais. As informações coletadas durante as caravanas são fundamentais para embasar denúncias de violações de

direitos e pressionar por investimentos públicos, como por exemplo em saneamento ambiental no Grande Bom Jardim, além de apoiar a luta pela preservação de recursos hídricos e espaços verdes existentes. Pelo caráter contínuo dessas visitas, os dados produzidos também têm valor histórico, e tem sido espacializados pelas assessorias técnicas que acompanham as visitas. Mais recentemente, no início de 2024, o CDVHS em parceria com coletivos parceiros elaborou um caderno que, além de explicar a metodologia das caravanas, conta a sua história e mapeia os pontos visitados entre 2016 e 2022 (CDVHS, s/d).

No que diz respeito ao Direito à Moradia, destaca-se a conquista da delimitação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, estabelecida no Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009, mas que ainda não foi totalmente regulamentada. Foi por meio da organização popular que, apesar de não estarem em uma área de valorização imobiliária e disputa pela terra, os moradores conseguiram a delimitação de uma parte significativa do seu território como ZEIS, na elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR, 2009). É também por causa dessa destacada organização que a ZEIS Bom Jardim encontra-se entre as nove ZEIS que fizeram parte do Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário, criado em 2013, e entre as dez que fazem parte da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, criada em 2016, junto à Prefeitura de Fortaleza (Costa Lima, 2017), sendo assim incorporada no grupo das primeiras dez ZEIS Prioritárias. Para pressionar o poder público a regulamentar a ZEIS, a Rede DLIS, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, desenvolveu o Plano Popular da ZEIS Bom Jardim entre 2017 e 2018, por meio de um extenso processo de participação popular (Freitas et al., 2019).

PLANO POPULAR DA ZEIS BOM JARDIM

A metodologia do Plano Popular era integrar o saber técnico da Universidade com o saber sobre o território e as demandas dos moradores, visando estabelecer um diálogo mais equilibrado nos espaços de participação oferecidos pelo Estado. O Plano também deveria servir como um instrumento de luta e estratégia política para negociar com as instâncias municipais e pressionar pela urbanização do território prevista na ZEIS. Ele inclui um diagnóstico técnico, um diagnóstico comunitário e propostas de melhorias baseadas nas condições de quatro assentamentos situados dentro da ZEIS. Embora o escopo do Plano Popular abranja toda a ZEIS, as atividades de mobilização e a coleta de informações para o diagnóstico focaram-se em quatro dos 15 assentamentos precários: Nova Canudos, Ocupação da Paz, Marrocos e Pantanal. Essas comunidades foram escolhidas não apenas por serem os quatro maiores assentamentos dentro da ZEIS, mas principalmente por sua forte organização comunitária interna (Costa Lima, 2017).

As oficinas buscaram comparar e complementar informações oficiais com o conhecimento dos moradores, entendendo que esse último deveria se sobrepor às primeiras. Dividindo a discussão em quatro eixos temáticos (condições físico-ambientais, infraestrutura urbana, espaços livres e uso do solo), os moradores eram convidados a marcar as problemáticas com adesivos em um mapa simplificado com o nome das ruas (Figura 2). Em cada oficina, foi

necessário um momento de ambientação para que os moradores pudessem se localizar no mapa, uma ferramenta que não era utilizada no cotidiano deles. Apesar de isso potencialmente representar uma barreira, entendemos na ocasião que era importante que eles se apropriassem desse instrumento, já que costuma ser a interface que o planejamento institucional utiliza. Em planos e projetos do Estado, por outro lado, a tendência é que o mapa “técnico” seja colocado como absoluto, sem espaço para discussão ou tempo para apropriação.

Figura 2: Mapas adesivados após as oficinas no Marrocos e em Nova Canudos, respectivamente



Fonte: Acervo Pessoal (2017).

Nesse momento de ambientação, uma barreira logo encontrada foi a significativa diferença entre os nomes “oficiais” das ruas, seja da base da prefeitura, seja da base do Google Maps, e os nomes pelos quais os moradores realmente se referiam às ruas. Compreender a nomenclatura realmente utilizada foi necessário para que a equipe da Universidade apreendesse as informações compartilhadas pelos participantes. Essa divergência de toponímia suscitou uma importante discussão sobre as problemáticas decorrentes disso em relação à chegada de correspondências por correio e, ainda mais grave, dificuldade de acesso os serviços dos postos de saúde haja vista discrepância no endereço da família e a abrangência espacial dos postos de saúde (Freitas; Costa Lima; Araújo, 2019).

Assim, no documento final do Plano Popular, optamos por utilizar a nomenclatura utilizada pelos moradores e não a “oficial”. Esse aprendizado foi de grande relevância no momento da eleição do conselho gestor, em 2018, na qual só poderiam votar os moradores da ZEIS. Nos locais de votação figurava um mapa oficial (Figura 3) para que os técnicos da prefeitura pudessem identificar se a pessoa morava nos limites da ZEIS, o que poderia fazer com que um determinado morador, ao dizer uma rua que está dentro da ZEIS, mas que não está oficialmente nomeada no mapa, não pudesse votar. A presença de assessorias técnicas e membros do CDVHS que participaram do Plano Popular fez com que fosse possível essa decodificação.

Outras discrepâncias entre mapeamentos oficiais e a dinâmica territorial existente foram observadas pela equipe da universidade ao longo da elaboração do Plano Popular. Nos locais onde existem loteamentos aprovados, os lotes existentes diferem dos lotes oficiais, e grande parte do território da ZEIS nunca foi formalmente loteada, embora seja densamente ocupada. Além disso, constatamos que o poder público só tinha informações urbanísticas sobre a área com loteamentos aprovados, havendo vazios cadastrais nas demais áreas. Devido à falta de controle por parte das autoridades, os espaços destinados a praças e áreas verdes ou institucionais foram ocupados pela população, o que explica a grande carência de áreas coletivas identificada no diagnóstico técnico do plano.

Esse plano foi o primeiro Plano Popular de núcleos informais/ZEIS em Fortaleza, destacando o pioneirismo do Bom Jardim, que foi exemplo para o Plano Popular de outra ZEIS, a ZEIS Cais do Porto, que viria a ser lançado em 2023 (Comissão Titan, 2023), o qual, por sua vez, também funcionou para pressionar para que a ZEIS Cais do Porto fosse incorporada, mais recentemente, como ZEIS prioritária. Ao mapear as ausências e demandas da ZEIS Bom Jardim, como a regularização fundiária e o acesso a serviços essenciais de saneamento básico, o Plano Popular representou uma alternativa para denunciar um contexto de invisibilidade para as políticas públicas. Ademais, funcionou como ferramenta para reivindicar o andamento do processo de regulamentação das ZEIS, que deveria avançar no sentido da eleição dos conselhos gestores, a qual viria a ser realizada em 2018, e da elaboração de Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) previstos pelo Plano Diretor.

Figura 3: Fotos da campanha para eleição do conselho gestor e do dia da votação



Nota: Destaque para o mapa da ZEIS na parede em ambas as ocasiões.
Fonte: Acervo Pessoal (2018).

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ZEIS BOM JARDIM

No final de 2019, a Prefeitura de Fortaleza iniciou a contratação universidades públicas para realizar a elaboração dos PIRF de 10 ZEIS prioritárias, passo crucial na sua regulamentação. Por meio do convênio entre o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), o PIRF da ZEIS Bom Jardim, assim como de outras duas ZEIS, foi elaborado ao longo do ano de 2019, com importante participação dos moradores, e aprovado em 2020 pelo Conselho Gestor da ZEIS eleito e empossado.

O PIRF é composto por: Diagnóstico da realidade local; Normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo; Plano Urbanístico; Plano de regularização fundiária; Plano de geração de trabalho e renda; Plano de participação comunitária e desenvolvimento social, entre outros produtos. Embora o PIRF seja uma conquista importante de mobilização popular e tenha sido elaborado por uma equipe da universidade, incluindo profissionais e acadêmicos que já atuavam como assessoria técnica no território, não se pode esquecer que ainda se trata de um produto elaborado nos procedimentos de planejamento institucional, com as limitações decorrentes.

Nesse sentido, destacaremos aqui, de forma breve, algumas questões referentes mais especificamente ao Plano Urbanístico, haja vista sua relação mais direta com a dimensão cartográfica, bem como a composição da equipe, que já era de assessores técnicos e continuariam sendo nos anos subsequentes. Na oficina participativa para elaboração do Plano Urbanístico, realizada na sede do CDVHS, a atividade que demandou mais tempo foi o mapeamento das demandas e diretrizes previamente acordadas. Esse processo foi feito com a ajuda de um mapa impresso fixado em uma base de isopor, utilizando canetas, fitas adesivas e alfinetes. Para facilitar o trabalho, o mapa da ZEIS já havia sido dividido em partes, como um quebra-cabeças, permitindo a formação de três grupos, organizados conforme a proximidade das comunidades, para depois unir as peças (Figura 4). Algo que nos chamou atenção na ocasião da oficina foi que os moradores e lideranças comunitárias que haviam participado do Plano Popular já estavam muito mais ambientadas com a linguagem do mapa e se sentiram muito à vontade para propor os equipamentos marcando direto no mapa, apontando onde deveria ser e por quê.

Figura 4: Peças do mapa em quebra-cabeça e mapa montado ao final da oficina do PIRF



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Cabe ressaltar ainda que uma das propostas do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social foi a constituição de um Observatório da ZEIS, instrumento de controle social com o objetivo de monitorar a execução das ações previstas no PIRF. Segundo o documento do Plano, “A ideia do Observatório partiu do presidente do Conselho do Poço da

Draga, Sérgio Rocha, que, em parceria com o Observatório de Fortaleza, realizou algumas reuniões para capacitação da comunidade”. Embora o Observatório tenha sido proposto para as três ZEIS cujo PIRF foi elaborado pela UFC, apenas a ZEIS Bom Jardim, até o momento, de fato instituiu o seu observatório. Assim como no Plano Popular, mais uma vez o Bom Jardim se coloca como pioneiro, servido como referência para outras ZEIS.

OBSERVATÓRIO DA ZEIS BOM JARDIM

O Observatório teve sua primeira reunião em 2022 e tem evoluído para se tornar um importante instrumento técnico-popular que extrapola o monitoramento do PIRF, abarcando uma ampla gama de atividades, de modo a refletir as diversas demandas e interesses da comunidade. Reúne representatividade de diversas comunidades da ZEIS, muitas vezes por meio de suas associações, além de contar com assessorias técnicas que acompanham o território e seus processos de mobilização há muitos anos. Tem como entidades e grupos locais participantes: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS; Centro de Cidadania e Valorização Humana – CCVH; Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro – Compasa; Associação dos Moradores do Bom Jardim – AMBJ; Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos – AMCM; Associação Avivar / Granja Lisboa; União dos Moradores do Bairro Canindezinho – UMBC; Comunidade da Paz; Comunidade Pantanal; e Mobilizadores Sociais da ZEIS Bom Jardim. Os coletivos de assessoria técnica e extensão universitária participantes são: Quintau Coletivo; Estúdio Travessa; e Programa de Educação Tutorial em Arquitetura e Urbanismo – ArqPET UFC. O Conselho Gestor e o Observatório da ZEIS Bom Jardim desempenham papéis complementares na supervisão, pressão política e mobilização em relação aos processos em curso no território do Bom Jardim.

As ações do Observatório buscam promover a participação ativa da comunidade local no acompanhamento e fiscalização das intervenções realizadas no território, fortalecendo o engajamento comunitário e assegurando que as demandas e necessidades dos moradores sejam levadas em consideração. Em conformidade do que foi estabelecido desde o Plano Popular como políticas públicas prioritárias, o Observatório tem atuado principalmente na luta pelo Saneamento ambiental e pela Regularização Fundiária, mas também por espaços livres verdes, em consonância com a atuação do coletivo Bons Jardins Urbanos. Além da articulação e incidência política e de estratégias de monitoramento já tradicionalmente implementadas pela Rede DLIS, como as caravanas, o Observatório tem avançado na coprodução, junto às assessorias técnicas, de dados alternativos e na produção de mapas a partir desses dados.

No final de 2022, enquanto assessorias participantes do Observatório, tivemos, junto com o CDVHS, um projeto contemplado pelo Edital de Apoio Institucional do CAU/CE voltado para Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS). Esse projeto consistiu em um relatório de monitoramento das obras de saneamento básico na comunidade Marrocos, realizadas pelo programa Proinfra da Prefeitura de Fortaleza (Costa Lima et al., 2023). O relatório analisou o projeto previsto e a obra que estava sendo executada, comparando-os entre si e com as diretrizes propostas pelo PIRF, comparação que evidenciou inúmeras

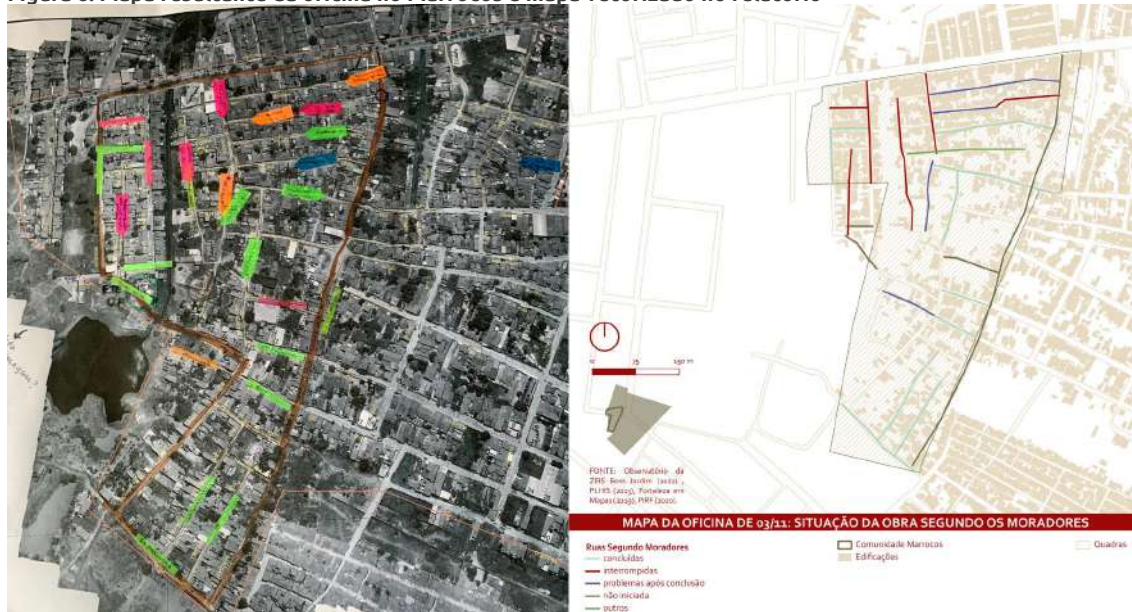
divergências. Convocamos assim uma oficina (Figura 5) e uma visita junto aos moradores, nas quais foi realizado um mapeamento do andamento das obras em cada rua da comunidade, identificando também possíveis problemas que possam surgir após a conclusão e destacando urgências, como ruas que estão há muito tempo com obras paralisadas (Figura 6).

Figura 5: Oficina de monitoramento das obras do Marrocos e Ida à Seinf/PMF



Fonte: Acervo Pessoal (2022).

Figura 6: Mapa resultante da oficina no Marrocos e mapa vetorizado no relatório



Fonte: Acervo Pessoal (2022) / Observatório da ZEIS (2022).

Além dessas discrepâncias, a partir desses momentos de troca, constatamos a falta de participação popular e transparência por parte dos órgãos envolvidos na execução da obra, não havendo um canal de diálogo eficiente com os moradores. As lideranças solicitaram ainda que montássemos uma comissão para ir até à Secretaria responsável pela obra, onde fomos recebidos do lado de fora, sem acomodação em uma sala de reuniões (Figura 5). Enviamos ainda ofícios, constando os mapas que apontavam as problemáticas identificadas e tentamos uma audiência pública, sem sucesso. Outras denúncias foram feitas pelas próprias lideranças aos jornais locais, que noticiaram a situação. Desde então, alguns trechos da obra que haviam sido interrompidos foram retomados, mas outras questões graves permaneceram, como por

exemplo a falta de informação sobre onde será a Estação de Tratamento de Esgoto, sem a qual a rede de coleta implantada não terá serventia.

Em março de 2023, a Prefeitura de Fortaleza lançou um chamamento público para seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para atuação em um programa de Regularização Fundiária, o qual listou as comunidades habilitadas para receber o programa. O fato de as comunidades Nova Canudos e Marrocos estarem contempladas no chamamento foi uma conquista do Observatório. Em 2022, a partir da demanda de moradores e lideranças, elaboramos e entregamos, junto com os moradores, ofícios na Secretaria de Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), com planta e memorial descritivo, como meio de formalizar a luta dos moradores, que há anos reivindicam o reconhecimento legal de suas moradias. Esse momento foi registrado pelo CDVHS em seu website e no instagram da ZEIS Bom Jardim (ver Figura 7)

Figura 7: Registros no Instagram da ZEIS Bom Jardim dos momentos de entrega dos ofícios na Habitafor

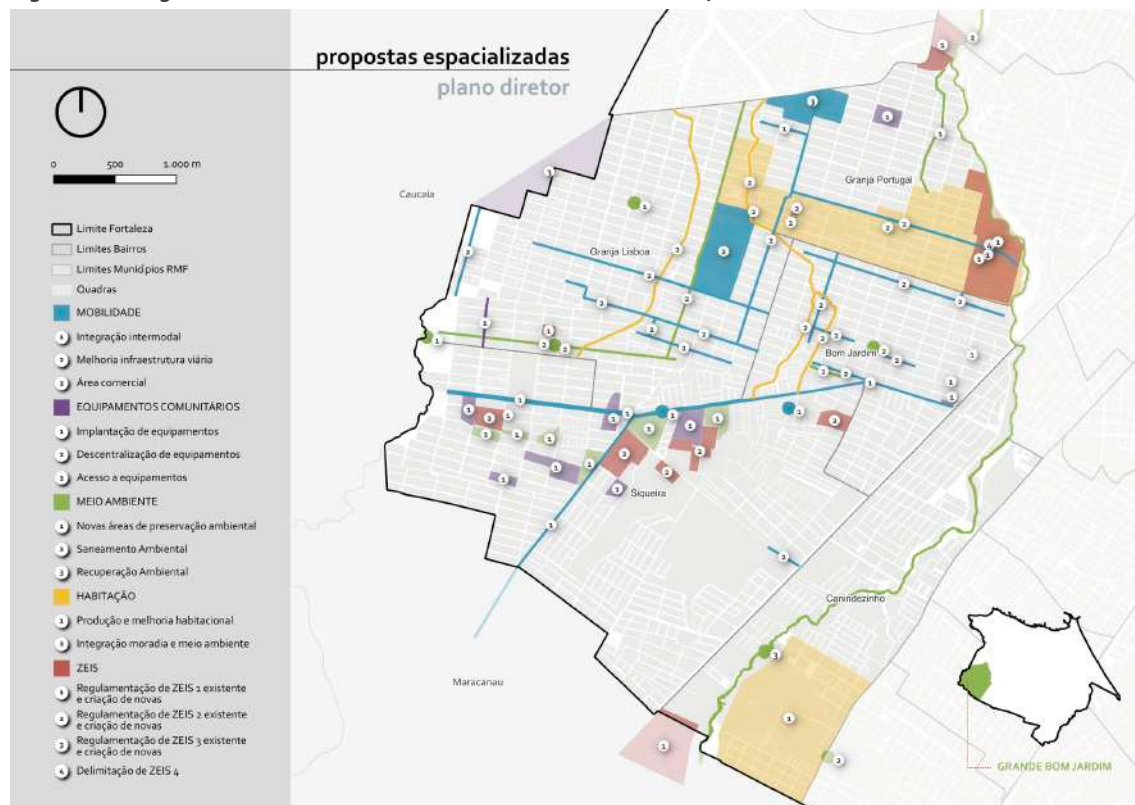


Fonte: [instagram.com/zeisbomjardim](https://www.instagram.com/zeisbomjardim). Acesso em: 20 de novembro de 2024.

Outra ação conjunta entre assessorias, lideranças e moradores foi a incidência na revisão do Plano Diretor de Fortaleza, com a elaboração de uma cartilha contendo propostas territoriais para o Grande Bom Jardim. O Observatório, nesse e em outros casos, transcende a delimitação da ZEIS, entendendo que esta faz parte de um território maior e propondo ainda a delimitação de novas ZEIS e a regulamentação de outras ZEIS já demarcadas no GBJ. A cartilha foi elaborada por meio de oficina em que os moradores, divididos por bairro de

residência, desenhavam livremente sobre o mapa, com orientação das assessorias. Foram realizadas ainda momentos de validação das propostas, com possibilidade de correção e novas inserções, inclusive em uma das reuniões mensais da Rede DLIS.

Figura 8: Entrega da Cartilha em reunião da Revisão do Plano Diretor, em 2023



Fonte: Observatório da ZEIS Bom Jardim (2023).

Figura 9: Entrega da Cartilha em reunião da Revisão do Plano Diretor, em 2023



Fonte: CDVHS (2023).

Em seguida, o material foi sistematizado através do georreferenciamento das informações no mapa de propostas (Figura 8) e de um texto complementar sobre o conjunto de

prioridades, divididas por temática (mobilidade, equipamentos comunitários, meio ambiente, governança, habitação e ZEIS). A cartilha produzida foi entregue pessoalmente pelos próprios moradores à Prefeitura e aos técnicos envolvidos, em uma etapa participativa do plano, servindo como ferramenta de reivindicação (Figura 9).

IMPACTOS E DESAFIOS DA CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE LUTA

Os processos aqui relatados confirmam um “alargamento do campo cartográfico” (Marino, 2021), a partir da disputa do monopólio de produção de mapas por grupos como a Rede DLIS. Dentre os campos de disputa sobre o saber cartográfico, destaca-se aqui a utilização da cartografia como instrumento de luta, de identidade e articulação para grupos socialmente desfavorecidos. (Santos, 2011). O mapa tem sido utilizado pela Rede DLIS como ferramenta de visibilização da sua existência para reivindicação de direitos, o que se verifica sobretudo a partir do Plano Popular da ZEIS. No encerramento de um Workshop Transnacional (Guimarães; Ponte; Souza, 2020) realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a Universidade de Illinois (UIUC), que contou com a participação de lideranças e jovens do Bom Jardim, Rogério Costa, coordenador do Eixo Direito à Cidade do CDVHS, menciona em seu depoimento oral: “Tudo começa com o mapa, né? Do mapa vem outras coisas”.

Acselhad e Coli (2009, p. 32) afirmam que “os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a ideia do mapa e com o repertório de informações nele contido”, o que é corroborado por Santos (2011):

[...] constitui-se, cabalmente, num aprendizado da operação de referências espaciais no pensar e no fazer da sua experiência de luta: ao indicarem sobre um mapa os conflitos vivenciados, sua localização, quais são as “agressões” e os sujeitos coletivos envolvidos, os participantes estão aprendendo e apreendendo novas formas de pensar para agir, o pensar **no espaço**, e o pensar **com o espaço** (Santos, 2011, p. 5, grifo nosso).

Essa capacidade de se familiarizar com o mapa e pensar no e com o espaço, ficou evidente na apropriação do mapa pelas lideranças no processo do Plano Popular, cujo ritmo de elaboração possibilitou essa apreensão. Esse conhecimento pôde ser utilizado no PIRF, cujo ritmo, por ser um planejamento estatal, era muito mais veloz. Sem a prévia do Plano Popular, a interface dos moradores com os mapas no PIRF teria sido possivelmente muito menor.

Conforme Santos (2011), além de um “novo uso” da cartografia, como instrumento de luta, também tem havido transformações no próprio “objeto” cartográfico e no “processo” de produção deste objeto. Os processos de produção dos mapas pela Rede DLIS e, conseqüentemente, os mapas resultantes, já seriam diferentes do processo e resultado tradicionais simplesmente por abranger o saber local de quem vivencia o território. Ademais, isso empodera os moradores em seu diálogo junto aos técnicos dos órgãos públicos.

Para tanto, as assessorias têm utilizado metodologias que buscam tornar o mapa e sua produção mais interativos. No Plano Popular, o ativismo cartográfico contribuiu para a discussão da toponímia das ruas e para a localização de áreas críticas em mapas impressos. No PIRF, em especial no Plano Urbanístico, o mapa interativo viabilizou um processo decisório informado, com destaque para as lideranças que, a partir do Plano Popular, já tinham um significativo domínio do instrumento-mapa. Nas ações do observatório, a utilização do SIG pelas assessorias, contribuiu para o monitoramento das obras de saneamento e a incidência no Plano Diretor junto aos moradores.

A interface entre moradores e assessorias técnicas é um desafio importante a ser apontado, dentro do debate do protagonismo popular nos processos e resultados de planejamento. A atuação das assessorias técnicas no planejamento pode variar desde a simples prestação de serviços, mantendo um certo distanciamento da população, vista como "cliente", até uma participação ativa nas lutas sociais. Idealmente, ocorre uma integração de papéis, em que a comunidade se apropria da linguagem técnica, ao mesmo tempo em que suas narrativas guiam o processo, colocando os moradores como protagonistas. No entanto, isso nem sempre é viável, dependendo da urgência do conflito. Muitas vezes, as assessorias acabam desempenhando o papel de legitimação técnica do resultado do planejamento, uma prática ainda enraizada na valorização colonial do saber técnico. Contudo, no contexto de disputas, essa legitimação é fundamental para dar à proposta alternativa, construída coletivamente, o peso necessário para que grupos marginalizados possam contestar as decisões de grupos opostos (Tanaka; Oliveira; Coli, 2022).

No caso do Bom Jardim, por sua condição periférica, os conflitos tendem a ser menos emergenciais, no sentido de ameaças de remoção por exemplo, mas os conflitos se dão no âmbito da invisibilidade para as políticas públicas, o que não deixa de ser urgente também. Essa característica possibilita que, embora moradores e lideranças busquem as assessorias no sentido desse apoio para legitimação técnica das reivindicações, os processos de planejamento sejam compatibilizados com o tempo das demandas da comunidade, com potencial de equilibrar melhor esses saberes.

O debate do protagonismo também pode ser levado para as especificidades da produção cartográfica. Por mais que a expansão do campo de ação e do universo de sujeitos envolvidos na cartografia possuem relação direta com o advento de tecnologias digitais (Acselhad; Coli, 2008), essas têm ambiguidades inerentes. Além da dimensão das grandes corporações que são proprietárias da maior parte das ferramentas, cabe discutir a autonomia dos moradores e lideranças comunitárias diante da barreira que a tecnologia pode impor. Essa barreira pode também fazer com que as assessorias acabem assumindo um papel mais central na espacialização digital dos mapas construídos coletivamente, o que tem se verificado nos processos do Observatório da ZEIS. Apesar da digitalização ainda ficar muito a cargo das assessorias, os moradores do GBJ têm participado da construção coletiva da informação espacializada nas oficinas, em espaços "inventados" de participação, e da reivindicação de

direitos nos espaços “convidados”, como a revisão do Plano Diretor, mas também em espaços forjados (Tanaka, 2017), como quando vão “bater à porta” das secretarias com os mapas em mãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conhecimento situado na periferia de Fortaleza, podemos identificar algumas questões em que o estudo de caso da Rede DLIS corrobora com a teoria, mas também foi possível traçar perspectivas e novos questionamentos para informar um campo teórico que ainda está sendo construído dentro da ideia de que um planejamento alternativo e insurgente é possível, com suas disputas e limites inerentes.

As conquistas alcançadas mediante mobilização comunitária ao longo dos anos pela Rede DLIS revelam o potencial das práticas de planejamento insurgente. Ademais, a apropriação da cartografia nas ações da Rede demonstra como grupos subalternizados podem utilizar mapas não apenas como instrumentos de denúncia, mas também como ferramentas de reivindicação de direitos. Historicamente, as favelas e outros territórios informais são descritos pelo poder público, pela mídia, e consequentemente, pelo senso comum, com base em definições pejorativas, o que é legitimado por uma deliberada falta de informação sobre esses espaços. Ao utilizar a informação, aliando saber técnico e principalmente o saber popular sobre o território, o Grande Bom Jardim tem buscado reverter essa lógica, combater estigmas e lutar pelos direitos que eles sabem que têm.

O caso do Grande Bom Jardim revela tanto os potenciais quanto os desafios do uso da cartografia em contextos de luta social. Dentre os desafios, é fundamental continuar explorando formas de superar as barreiras tecnológicas e de fortalecer a autonomia das comunidades no uso dessas ferramentas, garantindo que o protagonismo popular seja efetivamente alcançado.

REFERÊNCIAS

ACSELHAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELHAD, Henri (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 13-43.

ALMEIDA, A. P. de. **(Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

CARDOSO, A.C. et al. Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural. **Revista NAU Social**, v.13, n.24, p. 937 – 953, out. 2021 / dez. 2022.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA (Ed.). **Caravanas de Monitoramento Grande Bom Jardim**. Fortaleza: CDVHS, [s.d.] (no prelo).

COMISSÃO TITAN. **Plano Popular da ZEIS Cais do Porto**. Fortaleza: [s.i.], 2022.

COSTA LIMA, M. Q. **Ver a cidade**: modelagem da informação para regulação de assentamentos informais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2017. 260 f.

COSTA LIMA, M.; FREITAS, C.; FARIAS, S. Mapping Algorithms Are Failing to Address Urban Inequalities in the Global South. Especial Series: Cities after algorithms. **Failed Architecture**. Disponível em: <https://failedarchitecture.com/mapping-algorithms-are-failing-to-address-urban-inequalities-in-the-global-south/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

COSTA LIMA, M. Q. et al. Desafios da implementação de saneamento básico em assentamentos precários: o caso da comunidade Marrocos, em Fortaleza-Ceará. XX Enanpur. **Anais...** Belém, 2023.

CRAMPTON, J; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELHAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 85-112.

FANTIN, M. et al. Cartografias contra-hegemônicas como ferramentas de efetivação de direitos: o caso da comunidade do Banhado, São José dos Campos – SP. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**. Fortaleza, Brasil, v. 13, n. 1, p. 56-67, 2019.

FREITAS, C. F. S. Insurgent planning?: Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil. **City**, v. 23, n. 3, p. 285–305, 2019.

FREITAS, C. F. S. et al. **Plano Popular da ZEIS Bom Jardim**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2019.

FREITAS, C. F. S.; COSTA LIMA, M. Q.; ARAÚJO, R. C. OS SEM ENDEREÇO: A desinformação urbanística na ZEIS Bom Jardim e novas possibilidades de construção da cidadania urbanística. XVIII Enanpur. **Anais...** Natal, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=541>. Acesso em: 08 out. 2024.

FREITAS, A. M.; ALMEIDA, A. P. (Orgs). **Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim**: Lutas e conquistas populares. Fortaleza: CDVHS, 2021.

FROTA, N. T. S. **Planejamento Urbano: do institucional ao insurgente**: Uma análise dos movimentos socioambientais na proteção dos bens comuns urbanos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2018.

GPDU; CDVHS. **Diagnóstico socioparticipativo do Grande Bom Jardim**. Fortaleza: GPDU/UECE; CDVHS, 2004.

GUIMARÃES, C. J. T.; PONTE, L. F. V.; SOUZA, S. G. Workshop Transnacional: Extensão universitária e a internacionalização das insurgências. VI ENANPARQ. **Anais...** Brasília, 2020. Disponível em: <https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/22330.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, abr. 2009. <https://doi.org/10.4000/confins.5724>.

HOLSTON, J. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELHAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 153-167.

LYNCH, B. D. Marking Territory and Mapping Development. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. **Proceedings...** Berkeley, CA. Jun. 5-8, 1996. Available at: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/handle/10535/1925>. Access on: Jan. 02, 2024.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.

MARINO, A. et al. Cartografia como ferramenta de denúncia e planejamento insurgente: Experiências na “Cracolândia”, São Paulo, Brasil. Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. **Anais...** Belo Horizonte, 2018.

MARINO, A. **Cartografias em disputa: Alternativas ao planejamento Urbano** (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2021.

MIRAFTAB, F. Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v.8, n.1, p. 32-50, 2009.

MONMONIER, M. **How to lie with maps**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2018. 3a ed.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**, São Paulo: Boitempo, 2015.

ROY, A. Why India Cannot Plan Its Cities: Informality, Insurgence and the Idiom of Urbanization. **Planning Theory**, Sage Journals, v. 8, p. 76-87, 2009.

SANDERCOCK, L. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, L. (Ed.) **Making the Invisible Visible**. Berkeley: University of California Press, 1998.

SANTOS, R. E. Ativismos cartográficos: Notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, pp. 1-17, jul./dez. 2011.

TANAKA, G. **Planejar para lutar e lutar para planejar**: possibilidades e limites dos planejamentos alternativos. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L.; COLI, L. R. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. In: RISEK, C. S.; ALMEIDA, L. (Eds.). **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**: Olhares e Questões Contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2022. p.91–122.

TAYLOR, D. R. Fraser. Uma Base Conceitual para a Cartografia: Novas Direções para a Era da Informação. **Caderno de Textos – Série Palestras**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 11-24, ago., 1994.